



Vingança, honra e civilização: lições a partir dos pioneiros romances sobre o Gaúcho

Revenge, honor and civilization: lessons from the pioneers romances about the "Gaúcho"

Luiz Antônio Bogo Chies  

labchies@uol.com.br

Universidade Católica de Pelotas - UCPel

 10.52521/21-8323

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 18/05/2022

Aprovação do trabalho: 27/03/2023

Publicação do trabalho: 10/07/2023

Resumo

José de Alencar (1829-1877) publica em 1870 *O Gaúcho*; Apolinário Porto Alegre (1844-1904) publica em 1872 *O Vaqueano*. Tanto o cearense, como o sul-rio-grandense são pioneiros na literatura que focaliza tipos humanos e sociabilidades regionais. Neste artigo, sob a inspiração da sociologia do romance, ambas as obras são abordadas na identificação e análise de aspectos que as aproximam e distanciam: a vingança emerge não só como um tema que potencializa os enredos e as narrativas literárias, mas que, sob a perspectiva sociológica, contribui para desvelar aspectos sociogênicos das (in)civilidades sul-americanas.

Palavras-chave

Civilização. Gaúcho. Honra. Sociologia do Romance. Vingança.

Abstract

José de Alencar (1829-1877) published *O Gaúcho* in 1870; Apolinário Porto Alegre (1844-1904) published *O Vaqueano* in 1872. Both – cearense e sul-rio-grandense – are precursors in the literature that focuses on human types and regional sociabilities. In this article, inspired by the sociology of romance, both literary works are presented to identify and analyze aspects that approach and distance them: revenge emerges not only as a theme that enhances literary plots and narratives, but that, under a sociological perspective, it helps to reveal sociogenic aspects of South American (in) civilities.

Keywords

Civilization. Gaúcho. Honor. Sociology of Romance. Revenge.

Introdução

Civilização ou barbárie? Uma dicotomia, um dilema, que inquieta a América Latina desde meados do século XIX, quando Domingo Faustino Sarmiento (futuro presidente da Argentina) publicou “Civilización i barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspecto físico, costumbres i abitos de la República Argentina” (1845).

A obra consagra a oposição entre a cidade e o Pampa rural¹; a expectativa de modernização que deve seguir os padrões europeus (hábitos e instituições) em superação daqueles até então vigentes, sobretudo no contexto do interior pampeano.

Já o historiador uruguaio José Pedro Barrán (2015), ao periodizar a história das sensibilidades de seu país, apresenta a noção de sensibilidades bárbaras como chave de compreensão do Uruguai no período entre 1800 e 1860: “‘barbárie’, quer dizer, a sensibilidade dos ‘excessos’ no jogo e no ócio [...] [...], na sexualidade, na violência, na exibição ‘não respeitosa’ da morte” (2015, p. 12)²; uma “desordem dos instintos” (2015, p. 12); enfim: “Castigo e prisão do corpo antes que convencimento da alma” (2015, p. 60).

No curso do século XIX os Estados nacionais sul-americanos, ainda enfrentando seus processos de consolidação, buscam a civilização (ou, ao menos, serem reconhecidos como civilizados pelos Estados do norte ocidental). Mas não bastam cidades e algumas instituições modernas para que a civilização se concretize.

Na perspectiva de Norbert Elias, para que uma sociedade possa postular seu vínculo com o conceito de civilização (ou mesmo de estar em processo civilizatório) deve apresentar “uma regulação progressiva, crescentemente estável e equilibrada, efetuada por indivíduos em prol de suas vidas, de modo a aumentar as chances de obter prazer e a melhorar a qualidade de vida de todos, de toda a humanidade” (2006, p. 39).

Obter esse resultado, para o qual é imprescindível a “auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões” (ELIAS, 2006, p. 21), requer condições tanto de individualização do ser humano singular, como da própria vida social (ELIAS, 2006, p. 21). Trata-se de um processo social: “refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração” (ELIAS, 2006, p. 27).

Se, como também observa Elias, a civilização “nunca está completa, e está sempre ameaçada” (1997, p. 161), é também de se reconhecer que as peculiaridades de algu-

1 “**PAMPA** (BRAS) *S.m.* - Grande extensão de campo raso e plano, com pouca vegetação arbórea, constituído principalmente por pastagens e característico da região meridional do Rio Grande do Sul. O pampa todo, entretanto, ocupa as planícies dominadas pelo rio da Prata e seus afluentes imediatos, tanto em território argentino e uruguaio como brasileiro. Compreende as províncias litorâneas da Argentina (de Buenos Aires a Corrientes), todo o território do Uruguai, além da metade Sul do Rio Grande do Sul, chamada de modo amplo de campanha sul-rio-grandense” (SCHLEE, 2019, p. 686-687).

2 Todas as citações de fontes bibliográficas em língua espanhola ou inglesa foram traduzidas pelo autor.

mas sociedades e de suas trajetórias podem contribuir para permanências de pulsões e afetos, além de condições sociais específicas que atuam como obstáculos civilizatórios.

Esta é a instigação que nos move ao presente estudo, o qual também se inspira na sociologia do romance como estratégia para acessar, em especial:

a) homologia de estruturas sociais com o sujeito da ação literária em uma figuração imaginária; b) o estudo sociológico, estrutural e genético; c) a categoria de mediação, pois a *mimesis* consiste em perceber a figuração da sociedade e do indivíduo, a obra literária expressando uma consciência do possível; (TAVARES-DOS-SANTOS, 2020, p. 25).

Duas obras compõe o *corpus* de análise: “O Gaúcho”, de José de Alencar, publicado em 1870; e, “O Vaqueano”, de Apolinário Porto Alegre, com sua primeira edição datada de 1872. Ambos são autores pioneiros na literatura que focaliza tipos humanos e sociabilidades regionais.

José de Alencar (1829-1877), cearense de nascimento e residente no Rio de Janeiro, já consagrado romancista quando da publicação de “O Gaúcho”, escreve-o em condições de distanciamento geográfico e de vínculos culturais com o Rio Grande do Sul. Em contraponto, Apolinário Porto Alegre (1844-1904) não só é destacado escritor sul-rio-grandense como, também, um dos fundadores de importante sociedade que impulsionou a cultura e a produção literária no estado: a “Parthenon Litterario”.

Tal contraponto – importante que se esclareça de imediato – não é exposto para fins de valorizar uma obra mais do que a outra. Pelo contrário, potencializa a pertinência das escolhas pois que, na abordagem sociológica, como também sustenta Elias (1998), o alegado distanciamento de Alencar favorece que o cotejo de ambas as narrativas confira um ganho de credibilidade nas análises, o que não seria possível com a opção de se focalizar apenas o romancista nativo, envolvido nos temas e paixões regionais.

A escolha desses romances também se justifica na relação desse estudo com um projeto de pesquisa mais amplo, o qual se dedica a investigar a sociogênese do autoritarismo do controle social e punitivo na região do Pampa.

Trata-se de região que possui aspectos de uma problemática comum de conteúdo histórico-cultural (HEREDIA, 1998, p. 127):

a) haver sido o *confim austral* do império hispânico na América [...] b) haver sido *zona de fricção e de conflito* entre os domínios americanos de Espanha e de Portugal; c) haver sido o cenário de *confrontação entre brancos e indígenas*, isto é, entre os invasores e ocupantes de espaços e as populações originais e donos naturais desses territórios; d) haver sido receptor de grupos de variadas *culturas* e nacionalidades que da Europa em grandes contingentes imigratórios (HEREDIA, 1998, p. 127).

Assim, ainda que não seja fonte única ou primordial de características sociocultu-

rais que em diferentes medidas e matizes podem ser encontradas em outras partes da América Latina, tais aspectos permitem conferir um paradigmático vigor a este contexto regional, o que torna oportuna sua focalização como caso a ser pesquisado.

O Rio Grande do Sul, além de parte brasileira dessa região, é território com peculiar trajetória histórica em sua incorporação ao que se tornou o Brasil atual.

Situado além ou aquém das interpretações acerca do verdadeiro traçado da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (GARCIA, 2018) – que em 1494 dividiu as terras achadas e por achar entre portugueses e espanhóis –, foi objeto de disputas e acordos diplomáticos que só se encerram em 1909, bem como palco de guerras por conquistas e fronteiras que se sucedem, com mais intensidade, entre os séculos XVII e XIX.

Só este aspecto histórico (ao qual outros se somam) já é significativo em favorecer a formação de hábitos militarizados³ nas populações e elites sul-rio-grandenses.

Diferentes autores assim observaram. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que transitou pelo Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821, registrou que “a fronteira meridional deste país, há muito tempo, não goza se não de curtos intervalos de paz; [...] os hábitos desta capitania são militarizados” (2002, p. 121); Em similar sentido, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso: “A militarização da população do Continente de São Pedro foi muito generalizada” (1997, p. 109-110). Ainda, o historiador José Honório Rodrigues, que sustenta serem os ditadores brasileiros do século XX – de Getúlio Vargas aos generais do período militar (1964-1985) – resultados perniciosos da militarização sul-rio-grandense: “Tivemos Getúlio Vargas e infelizmente esta fileira de ditadores, todos generais gaúchos, e quando não gaúchos, formados e educados no ambiente da Escola Militar de Porto Alegre, a escola dos ditadores brasileiros” (1988, p. 56).

E tais percepções, informações e narrativas se relacionam com esse estudo na medida em que contribuem – tal qual os romances de Alencar e Porto Alegre – tanto para forjar representações sociais acerca dos gaúchos (termo aqui usado como gentílico) do passado, do presente e, talvez, do futuro, como para sugerir (e até sustentar) a influência desses nas trajetórias e sensibilidades sociais também em relação ao restante do Brasil.

Os romances, entretanto, pertencem a gênero textual e literário que atua através de outras estratégias e características. Os que nesse estudo são analisados agregam a condição de terem sido escritos em período de impulsos modernizadores (o terço final do século XIX) e de desejos de reconhecimentos quanto ao ser nação civilizada, mas desenvolveram enredos e personagens associados à rusticidade e beligerância dos contextos sul-rio-grandenses.

3 Adota-se aqui uma noção ampliada de militarismo: “um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra mas que transcende os objetivos puramente militares” (PASQUINO, 1998, p. 748).

O que tais romances destacaram como homologia de estruturas sociais desta época de transições, na figuração imaginária que produziram? Que mediações perceptivas da figuração da sociedade e do indivíduo legaram, na condição de obras literárias que expressam uma consciência do possível?

Nos itens subsequentes nos propomos a lançar luz a essas questões. Apresentaremos uma percepção dos gaúchos históricos e das condições nas quais existiram até as primeiras décadas do século XIX; abordaremos os romances de Alencar e Porto Alegre, com atenção e foco na questão da vingança, a qual é central em ambas as obras e chave para a conexão desse estudo com a investigação da sociogênese do autoritarismo do controle social e punitivo na região do Pampa; com esta perspectiva, a vingança será objeto de reflexões sob a ótica das sociedades de honra; e, por fim, apresentaremos algumas contribuições reflexivas na expectativa de desvelar aspectos sociogênicos de (in)sensibilidades e incivilidades contemporâneas.

Os gaúchos históricos

A adoção do termo gaúcho como um gentílico para os sul-rio-grandenses é um dos resultados de processos de redimensionamento das representações e interpretações acerca dos gaúchos históricos do passado pampeano.

Pode-se considerar que tal processo, do qual Apolinário Porto Alegre e outros membros da “Parthenon Litterario” fizeram parte já nas últimas décadas do século XIX, civilizou e domesticou dimensões dos gaúchos originais. Assim, tratar do tema exige significativa cautela, uma vez que as únicas e adequadas aproximações que se devem fazer entre àqueles e os gaúchos contemporâneos é quando se adota uma acepção restrita do termo, como propõe Ondina Fachel Leal: “peões campeiros, trabalhadores rurais da pecuária extensiva da região do Pampa latino-americano” (2021, p. 29).

Os gaúchos históricos resultam da confluência complexa de fatores econômicos, demográficos, sociais e políticos na apropriação e exploração do Pampa por parte das coroas ibéricas e, posteriormente, das elites do Estados nacionais ao longo dos séculos XVI e XIX e, com mais ênfase, entre os séculos XVIII e XIX.

Já no decorrer do século XVI o estuário do Rio da Prata se tornou estratégico tanto para espanhóis, como para portugueses. Depois de uma primeira e fracassada tentativa, os espanhóis estabelecem a cidade de Buenos Aires em 1580. Esta, em conjunto com outras cidades – Assunção; Santa Fé, Corrientes (erigidas respectivamente em 1537, 1573 e 1588) –, fortalece o domínio da Espanha na região. Em 1680, com a fundação de Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires, na margem oposta do Rio da Prata, Portugal busca impor sua presença e seus interesses.

A iniciativa lusa beneficiava a coroa em dois aspectos: acesso à rota fluvial rumo às minas de prata localizadas, sobretudo, na atual Bolívia; domínio e usufruto de uma nova fonte de riqueza existente na região, ou seja, os imensos rebanhos bovinos que se desenvolveram em face do abandono das Missões Jesuíticas na margem oriental do rio Uruguai – dado aos conflitos com bandeirantes paulistas – em meados do século XVII (a chamada primeira fase do ciclo jesuítico nos atuais territórios do Brasil).

Tratava-se, até então, de uma região quase não povoada pelas coroas ibéricas e ocupada por tribos nômades de povos originários. Frente a abundância de gado selvagem a vaqueria – “na época colonial, matança de gado, praticada a céu aberto, para a extração de couro e graxa” (SCHLEE, 2019, p. 917) – tornou-se o principal modo de exploração econômica dessa nova fonte de riquezas.

É no contexto das vaquerias, em 1771, que se registrará pela primeira vez a utilização da palavra gaúcho, mas não em sentido positivo:

Fica estabelecido, pois, que o termo *gaúcho* recém se aplica na segunda metade do século XVIII para designar a um grupo humano bem definido. O testemunho mais antigo está datado em 1771 na Banda Oriental [Uruguai] associado a insubmissos que as autoridades perseguem e controlam (MOLAS, 1982, p. 73).

Ou seja, aqueles que primeiro são identificados por gaúchos são homens insubmissos, que se dedicam tanto às vaquerias em terras de domínio alheio, como às expressões das sensibilidades bárbaras destacadas por Barrán (2015, p. 12): excessos no jogo, violência desordem dos instintos etc.; são desgarrados ou excluídos das hierarquias sociais que perambulam, sozinhos ou em pequenos bandos, pela vastidão do Pampa, sobrevivendo nas margens da lei.

Ocorre que na região os interesses econômicos sempre agiram em detrimento da maioria da população no que se refere ao acesso legal à terra. A exploração econômica de rebanhos bovinos, seja no modo da vaqueria/caça, seja no posterior modo, que gradualmente se sofisticou até os manejos pecuários, esteve vinculada ao domínio legal, por poucos, de grandes extensões dos territórios. A região se caracterizou, historicamente, pelo latifúndio e pela marginalização e exclusão social de populações que, então, seriam submissas ou insubmissas aos olhos das elites.

Acerca dos gaúchos históricos, Fernando O. Assunção (2011), historiador uruguaio, propõe dois grandes períodos: o primeiro associado às vaquerias em relação ao gado selvagem; o segundo – na primeira metade do século XIX – vinculado às guerras de independência dos emergentes Estados sul-americanos. Para ele, o período charqueador⁴

4 “**CHARQUE** (QUE: *char'ki*) S.m. – Carne de gado – salgada e secada ao ar livre, em grandes pedaços chamados de mantas [...][...]. No resto do país equivale a carne de sol, carne do sertão, carne seca, carne-velha, jabá” (SCHLEE, 2019, p. 234).

(e também o da gradual sofisticação da pecuária), que se inicia em fins do século XVIII e perdura ao longo do XIX, é mais o começo de um distanciamento e declínio da matriz gaúcha do que de sua própria permanência.

Na perspectiva de Assunção não existem mais gaúchos, mesmo no sentido restrito de Leal (2021, p. 29), e, talvez, sequer os protagonistas e personagens dos romances de Alencar e Porto Alegre devessem ser assim considerados.

É que a superação da fase das vaquerias integrou esses homens campeiros às relações sociais de produção da ordem dominante – na estância ganadeira e pecuária –, transformando-os em peões, posteiros⁵, domadores, tropeiros, dentre outras “profissões” associadas às demandas da economia e das sociabilidades pampeanas.

Ainda assim, e não aderindo ao rigor da perspectiva de Assunção (2011), este novo gaúcho (de meados do século XIX em diante):

Trata-se do homem campeiro, especializado nas lides pastoris, [...] [...] [que associa] sua sobrevivência – sempre marginalizada ou subalternizada pela ordem social dominante – às atividades de exploração das riquezas do gado, e que, para fins de sua valorização e reconhecimento social, contou quase que somente – como capital – com sua destreza no manejo dos instrumentos, práticas e técnicas que possuía e desenvolvia, bem como com o conhecimento acumulado acerca daquilo que lhe era de imediata pertinência: o território, a natureza e o gado (CHIES, 2021, p. 18-19).

Estes são os gaúchos de Alencar e Porto Alegre: Manuel Canho, protagonista de Alencar, demonstra habilidades superiores na lida com cavalos (seu pai foi um famoso domador), além de indicar que através das lides campeiras pode garantir o sustento da mãe, antes de partir na execução de seu dever de honra; José Avençal, protagonista de Porto Alegre, tornou-se afamado vaqueano, ou seja: “[h]omem conhecedor do pampa, que servia de guia a expedições de toda a classe” (SCHLEE, 2019, p. 917).

Mas para que se chegue a este novo gaúcho – que de insubmisso passa a merecer certo reconhecimento – a segunda fase sugerida por Assunção (2011) se torna relevante: o gaúcho soldado nas guerras de independência dos emergentes Estados sul-americanos na primeira metade do século XIX.

Em 1810, a partir de Buenos Aires, eclodem os movimentos de emancipação dos territórios do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo será longo e conturbado, não só pela resistência da Espanha, mas também pelos conflitos de interesses de lideranças

5 “**POSTEIRO** (BRAS) *S.m.* - *V. póstero* [m/us.].

POSTERO (BRAS) *S.m.* - *Corr. de posteiro*. Indivíduo que, instalado sozinho ou com a família em um ponto estratégico de uma estância, encarrega-se da vigilância da área limítrofe correspondente e executa ali todos os serviços de campo, geralmente na condição de →agregado” (SCHLEE, 2019, p. 74).

(caudilhos⁶) locais e provinciais. Na fronteira com os territórios luso-brasileiros as beligerâncias se realimentam frente ao risco de ideais republicanos impactarem nas lealdades ao princípio dinástico vigente, e que seguirá com a monarquia mesmo após a independência de 1822.

As populações civis foram (novamente) chamadas à militarização. Homens com habilidades rústicas e hábitos rudes – exímios cavaleiros, que lidam com rebanhos por vezes selvagens – tornam-se valiosos soldados.

Os inimigos, de modo pejorativo, chamam de gaúchos os engajados nas tropas José Gervásio Artigas, caudilho na Banda Oriental que, entre 1815 e 1820, chega a liderar a chamada Liga Federal (ou, Liga dos Povos Livres), que reunia também as províncias (atualmente argentinas) de Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Misiones e Santa Fe.

Já na província de Salta (também atual Argentina) Martín Miguel de Güemes passou, desde 1814, a denominar suas tropas valorizando explicitamente o elemento gaúcho. Culminou tal processo com a criação, em setembro de 1815, da “División Infernal de Gauchos de Línea” (MATA, 2012, p. 866).

Assim, nos territórios hispânicos do Rio da Prata pode-se dizer que os gaúchos passaram de insubmissos predadores, de vagos de pouco valor, a heróis e libertadores da pátria.

Tal transformação nas representações sociais sobre o gaúcho repercutem também no Rio Grande do Sul pois foram tanto os campeiros sul-rio-grandenses, de habilidades e hábitos idênticos aos hispânicos, que defenderam os interesses luso-brasileiros no processo inicial das emancipações políticas de um esfacelado Vice-Reino do Prata, como também os que, sob a liderança de estancieiros-militares como Bento Gonçalves e Davi Canabarro, sustentaram por dez anos (1835-1845), na Revolução Farroupilha, o separatismo sul-rio-grandense em relação ao Império do Brasil.

Na década de 1870, quando se publicam os romances de Alencar e Porto Alegre, o gaúcho – mesmo que ainda um trabalhador campeiro – já está se consolidando como um símbolo da honra e virilidade pampeana, portador de ética e valores que fazem merecer que o termo se torne o gentílico de toda uma população estadual, não obstante as deturpações que tal fato trouxeram para a adequada compreensão histórica de indivíduos e grupos.

6 “**CAUDILHO** (BRAS) *S.m.* – Comandante militar e chefe político de grande expressão carismática e extenso âmbito territorial (e até institucional) de atuação [...][...], que teve muita influência na condução dos destinos dos povos pampeanos, do Prata ao Rio Grande do Sul, durante todo o séc. XIX e até a primeira quarta parte do séc. XX” (SCHELLE, 2019, p. 221).

“O vaqueano” e “O gaúcho”⁷

Cabe, de imediato, reconhecer que existem significativas similitudes em escolhas de Alencar e Porto Alegre em seus respectivos romances, ainda que existam, também, distanciamentos e contrastes. Um debate acerca de qual a pioneira obra alimenta análises sobre tais aspectos.

Oficialmente publicado dois anos antes de “O vaqueano”, o romance de Alencar recebeu inúmeras críticas, em especial de membros da sociedade “Parthenon Litterario”, no sentido de ter fantasiado e tornado inverossímil o verdadeiro gaúcho. Assim, a observância de similitudes e distanciamentos faz parte do debate que sustenta – ou desta posição diverge – ter Porto Alegre escrito sua obra como uma resposta a Alencar. E, o próprio Porto Alegre sustenta a primazia de seu romance já que, desde as primeiras publicações do texto, data sua escrita no ano de 1869.

Ainda que importante questão, para nossa análise as aproximações e distanciamentos entre as obras, seja por coincidência, seja como resultado de uma deliberada resposta e contraponto de Porto Alegre a Alencar, apenas reforça a pertinência de cotejá-las reflexivamente.

Avancemos, portanto, reconhecendo que “o sexo e a regulação social das relações eróticas, o dinheiro, o poder, a violência, o crime, a culpa e a punição” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2020, p. 23) são temas recorrentes em romances realistas. Uma situação de guerra, que então interfere e impacta de modo extraordinário nas relações sociais, maximizando paixões, aguçando rivalidades, exigindo alianças, favorecendo traições, potencializa enredos da literatura romanesca.

A trajetória sócio-histórica dos territórios sul-rio-grandenses, beligerante desde as primeiras ações coloniais e colonizadoras, ofertou tanto para Alencar, como para Porto Alegre, condições de singular vigor e densidade para seus enredos. Ambos os romances situam trama, protagonistas e personagens no entorno do período da Revolução Farroupilha (1835 – 1845).

Começemos por Apolinário Porto Alegre que, já no primeiro capítulo, remete o leitor à melancolia do inverno sul-rio-grandense nos campos de Vacaria, região de fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A data é 14 de julho de 1839 e o vaqueano guia tropas Farroupilhas, comandadas por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi,

7 Para a análise e citações dos romances de José de Alencar e Apolinário Porto Alegre utilizamos as primeiras publicações de cada uma das obras. Para “O gaúcho”, os tomos I e II da 1ª edição de 1870 (Rio de Janeiro: B. L. Garnier), disponibilizados digitalmente pelo projeto BRASILIANA USP: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Para “O vaqueano”, as edições da Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterário, 2ª série, de abril a novembro de 1872, disponibilizadas digitalmente pelo projeto PARTHENON LITTERARIO, da Editora da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, RS: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//livros/partenon-literario/index.html#inicio>. Nas citações, a grafia da época foi mantida.

rumo a Laguna. Cabe registrar que entre 24 de julho e 15 de novembro de 1839 (data dos eventos finais do romance) Laguna, em Santa Catarina, foi sede da chamada República Juliana, uma extensão da Revolução Farroupilha na província vizinha.

Neste período de tempo, de 14 de julho a 15 de novembro de 1839, protagonista e antagonista – José Avençal, o vaqueano, e André Capinchos, respectivamente – terão a oportunidade de confrontar seus destinos, escritos por um passado que os conduz às vinganças.

Porto Alegre leva o leitor até 1813, na estância de Gil Avençal. Dono de léguas de campos, de rebanhos e, supostamente, de uma fortuna em metais enterrada, era casado com Maria e tinha quatro filhos: José, o primogênito. Seu principal agregado e posteiro era José Capinchos, pai de André.

É neste ano que, após sair em companhia de José Capinchos, Gil Avençal desaparece: “No dia seguinte a casa do estancieiro era um lugubre cenário, um quadro de horrores. Maria e trez filhos tinham sido assassinados. O marido, ninguém sabia d'elle, bem como do primogenito das crianças” (PORTO-ALEGRE, 1872c, p. 19).

Salvo da chacina familiar por uma mucama e outros escravos, José encontra proteção noutra estância distante, de um expatriado português chamado Amaral.

Desconhecida a autoria dos crimes, as suspeitas recaem no posteiro Capinchos. Este, por sua vez, acusa o mulato Moisés, também agregado da família Avençal mas, em realidade, filho bastardo do estancieiro Gil. Moisés, face sua condição vulnerável frente às acusações, decide viver nas selvas, como caçador, junto à uma tribo indígena dos Guaicanãs.

Sob a proteção de Amaral, cresce José Avençal, não obstante as investidas de Capinchos em reclamar a criança. Moisés, que também o localiza, adquire a confiança do protetor ao relatar sua peculiar condição de bastardia e fraternidade. Participa, assim, da educação e formação daquele, o qual é forjado em conhecimentos e habilidades que lhe possibilitarão exercer seu dever de honra: a vingança.

José Avençal completa 18 anos e, ainda sob o patrocínio de Amaral, é reconduzido às propriedades de seu pai para tomar posse de seus legítimos domínios. Não resta a José Capinchos senão tolerar e vigiar a proximidade com Avençal. Situação que se modifica quando o jovem se enamora de Rosa – também chamada de Rosita – então com 15 anos, filha do antigo posteiro e irmã de André.

Chega-se ao ano de 1827. Moisés, que na condição de caçador vasculhava todos os territórios possíveis na busca de comprovar a identidade do responsável pelo desaparecimento de Gil Avençal – seu pai – e da chacina de seus familiares, obtém sucesso em seus esforços. Encontra a ossada do estancieiro – reconhece-o por uma medalha religiosa sobre o torso do esqueleto – e, junto a esta, a lâmina que o feriu no coração. Nas

proximidades da ossada ainda encontra restos de um relho, um isqueiro, uma espora. Nos objetos, a marca⁸ de José Capinchos.

Compartilhado o local e as provas com o jovem Avençal, sepultada com dignidade a ossada, a vingança deve ser executada.

O vislumbre do dever de honra perturba José Avençal, pois lhe impedirá o amor de Rosita. Decide-se pelo dever e suas consequências. Anuncia a Capinchos que irá partir para, talvez, não mais voltar; que o deixará como administrador da estância e herdeiro, mas que possui um tesouro que irá desenterrar. Capinchos, no início desconte, já que deixará de casar sua filha com um rico proprietário, atíça-se ao ouvir a palavra tesouro – seus “olhos lampejarão” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 16). Oferece sua ajuda para busca do que supõe serem as “panellas enterradas com immensas riquezas” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 16) que há muito cobiça. Maquinalmente afaga o cabo de prata de uma faca que traz na cintura (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 16).

Levado à sepultura do antigo patrão e denunciado por seu crime, a vingança não pode ser equivalente ao assassinato. Diz Avençal:

- Quatorze annos há, meu pai cahio á traição! Tu, seu amigo. foste o autor de tão negro crime! Não quero assassinar-te, velho, quero matar-te junto desta cruz... Vês? no chão ha armas de toda a sorte. Escolhe... (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 17).

Capinchos busca deslegitimar as ações e intenções de Avençal, acusando-o de atraí-lo por ardis, embustes. “E crês que uma vingança não é um thesouro? Pesado, velho, bem pesado! Fez estalar-me o coração!” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 17), é a resposta que obtém.

Dá-se breve combate de espadas. Capinchos cai de joelhos. Implora por sua vida em nome da própria filha, Rosita, e pelo amor de José a ela. Avençal arremessa sua espada para longe de si. “Não posso... não posso!” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 17), declara a Moisés, que acompanha o evento.

Então o mulato chama a si o dever de honra: “Tambem eu tive um pai; vou vingal-o, porque tremeste, irmão branco!... O filho mulato fará o que não fizeste...” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 17). Mas antes de executar sua ação, na iminência de ser atacado por Capinchos, foi este morto por flechas disparadas pelos índios Guaicanãs que acompanhavam e protegiam Moisés.

No dia seguinte André Capinchos recebe o seguinte bilhete:

“Em combate frente a frente comigo teu pai morreu.

“Descobri n'elle o assassino ele minha familia; as provas ahi vão... Fui eu, eu só, não culpem outro; tambem morri para o mundo” (PORTO-ALEGRE, 1872e, p. 18).

8 “**MARCA** (BRAS) S.f. - Sinal com que se distingue, a faca (num corte especialíssimo) ou a fogo (numa impressão da pele, por queima), cada animal bovino, equino ou ovino do gado de uma estância” (SCHLEE, 2019, p. 615).

Nessa expectativa de morrer para o mundo José Avençal se torna o vaqueano que Porto Alegre nos fará reencontrar guiando os Farroupilhas. André Capinchos, nutrido desejo de vingança, mudou-se com Rosita para Laguna. E o avanço da revolução, rumo a Santa Catarina em 1839, promoverá o reencontro desses personagens.

Ciente de que Avençal acompanha as tropas Farroupilhas, André se junta a elas na expectativa de favorecer oportunidades de vingança. O argumento de Porto Alegre, entretanto, permite que o leitor não reconheça legitimidade na vingança de André. Nesse sentido, Rosita chega a interpelar o irmão quando este sustenta querer vingar o pai: “Mentes... Eles cruzaram as armas... Mentes, covarde! Não ousarias afrontar José, face a face” (PORTO-ALEGRE, 1872c, p. 12).

No cotidiano da vida soldadesca enfrentamentos entre Avençal e André se oportunizam, mas este tem sempre sua vingança frustrada e se evidencia a superioridade moral do vaqueano.

Em crescente desatino, André mata Rosita, que planejava convencer Avençal de com ela fugir, e envia ao vaqueano a cabeça da própria irmã.

É 15 de novembro de 1839. Laguna está sob ataque das forças do Império do Brasil. A retomada da vila é iminente. Em retirada estratégica, recuam os Farroupilhas. Em abnegado sacrifício Avençal defende, através de altruísta suicídio, a bandeira sul-rio-grandense... em breve estará com Rosita.

Sobre um penhasco junto ao mar, um homem contemplou o sacrifício:

- Meu pai, exclamou, gesticulando para o céu, estás vingado!

Meia hora depois um cadáver surgiu ao longe. O sangradouro o vomitava ao oceano. Ele em cima do rochedo como o abutre farejando a prêa, estendeu a vista e extorceu-se no acesso d'uma gargalhada.

- É elle! É elle! fremio.

E arrojou-se ao mar após o corpo do morto.

Este homem era André Capinchos (PORTO-ALEGRE, 1872f, p. 24).

Dediquemo-nos, agora, a José de Alencar.

Para desencadear seu enredo escolhe o ano de 1832, na manhã do dia 29 de setembro. O protagonista, Manoel Canho, é “moço de 22 annos quando muito, alto, de talhe delgado, mas robusto” (ALENCAR, 1870a, p. 8), dirige-se à vila de Jaguarão – na linha de fronteira com o Uruguai – onde busca encontrar seu padrinho, ninguém menos do que Bento Gonçalves, futura liderança da Revolução Farroupilha, na época principal e mais destacada autoridade militar da região, face os recentes conflitos com os caudilhos da Banda Oriental (Uruguai).

Canho quer pedir a benção do padrinho, pois rumará em busca do homem que matou seu pai. Questionado sobre a pertinência de executar uma vingança após tanto

tempo, pondera: “Si eu não vingasse o pai, elle me renegaria lá do céu e não quereria para filho um poltrão ingrato” (ALENCAR, 1870a, p. 37). E o tempo transcorrido foi também o necessário para cumprir outro dever: obter recursos que pudesse disponibilizar à mãe, para que não ficasse desamparada em caso de sua morte em combate.

Na complexidade do enredo do romance se podem destacar quatro dimensões (subenredos) vinculadas ao protagonista: a vingança; sua extraordinária habilidade com cavalos; a lealdade a Bento Gonçalves e seu envolvimento na Revolução Farroupilha; e, a paixão que desenvolve pela jovem Catita, com as venturas e desventuras que tal sentimento provoca. Não obstante, os capítulos, desde o início, além de permitirem a Alencar apresentar as peculiaridades sul-rio-grandenses, entrelaçam essas dimensões na composição de um enredo principal.

João Canho, pai do protagonista, é apresentado e descrito como

[...] o primeiro amansador ou pião de toda aquella campanha; [...] [...]

Servira o amansador com Bento Gonsalves na campanha da Cisplatina; pelejara corajosamente em vários combates; e depois de feita a paz, viera estabelecer-se com sua mulher e dois filhos em Ponche-Verde, onde vivia pobrememente de sua arte, á qual juntava a pericia de ferrador e alveitar (ALENCAR, 1870a, p. 140).

Quanto à admiração do filho em relação ao pai, registra Alencar que “Aos oito annos já sentia-se Manoel orgulhoso das proezas do pai” (1870a, p. 140), bem como que “Não lhe fossem fallar de façanhas de heroes, que elle as desdenharia por certo. Não havia para o menino outra gloria sinão aquella; nada no mundo se podia comparar, no espirito do filho, á fama do pai” (1870a, pp. 140-141).

Alencar, para narrar o assassinato de João Canho, conduz o leitor a maio de 1820.

Do alpendre de seu rancho o afamado amansador vislumbra um cavaleiro que se aproxima em disparada. Trata-se de Loureiro, um comerciante da vila de Alegrete (também Rio Grande do Sul), mas que alega vir de Salto (Uruguai) sendo perseguido por castelhanos⁹ que querem lhe matar.

Canho dá abrigo ao desconhecido e enfrenta os perseguidores que, então, tentam invadir seu rancho. Na sequência dos eventos o próprio Manoel, na expectativa de auxiliar e defender o pai, “precipitou-se armado com uma faca immensa, e chegando defronte do oriental, disse-lhe com raiva: — Eu te mato!” (ALENCAR, 1870a, p. 146).

Mas, ao final do ataque, tendo Loureiro conseguido fugir, João Canho é pelas costas atingido por uma lança. Os castelhanos também fogem, enquanto o afamado amansador expira nos braços da esposa, tendo ao seu lado o filho, que “segurava maquinalmente a lança assassina, que tinham acabado de arrancar da ferida” (ALENCAR,

9 “**CASTELHANO** (BRAS) [...] [...] *Adj.* - Diz-se de o que é relativo ou referido à Argentina ou ao Uruguai” (SCHLEE, 2019, p. 219).

1870a, pp. 147-148).

“Sombrio e taciturno desde a morte do pai” (ALENCAR, 1870a, p. 153), Manoel gradualmente se constitui através do isolamento social. Interpreta o novo casamento da mãe (Francisca) como uma traição, uma afronta à memória do pai. Ela havia aceitado proposta de núpcias de Loureiro que, impactado pela desgraça que dera causa, sentiu-se “obrigado a amparar a família orphã” (ALENCAR, 1870a, p. 151).

Diante da repentina morte do irmão mais novo, de cerca de três anos, não se enluta e, pelo contrário, alegra-se, pois a criança estaria em breve na companhia espiritual do pai.

Por fim, quando o padrasto Loureiro morre ao montar e tombar com o cavalo preferido de João Canho: “Não lhe passava pela mente que esse acontecimento fosse filho do acaso; enxergava nelle a punição de um crime, e uma lição que o brioso animal inflingira á mulher ingrata” (ALENCAR, 1870a, p. 170).

Da família, resta a Manoel a mãe e uma irmã, filha da relação de Francisca com Loureiro, nascida após a morte deste. Nada, portanto, atrai o rapaz à convivência com ambas.

Todos estes fatos, eventos e sensações Alencar apresenta ao leitor após já ter narrado a primeira tentativa de Canho em executar a vingança, a qual se frustra através de inusitada situação.

Volta-se a 1832. Ao chegar no rancho de Barreda (nome do assassino paterno), Canho o encontra gravemente doente. Dentre as pessoas na casa, uma velha curandeira analisa o enfermo. Bexigas (varíola) é o diagnóstico. Contagiosa e terrível doença na época, imediatamente produz o afastamento de quase todos.

Canho, atônito e perplexo – “Viera com um fim, e achava-se ali como suspenso, ante aquelle espectáculo, que o impressionara profundamente” (ALENCAR, 1870a, p. 117) –, percebe o desespero no qual está o enfermo. Passa a protagonizar os cuidados com aquele, sendo auxiliado pela esposa do mesmo.

Por dias é enfermeiro de Barreda e, utilizando conhecimentos que aprendeu através das narrativas de guerra do pai, salva o assassino sobre o qual deveria recair a vingança.

A vingança legítima não é traição, exige combate. Canho deve aguardar o total reestabelecimento de Barreda e, por isso, volta aos campos de Ponche-Verde, local da morte do pai e onde se encontram mãe e irmã.

No caminho, atordoia-se em reflexões, mas compreende e reforça o sentido da vingança:

— Eu tenho de mata-lo!

Ahi estava a razão. Aquelle homem era sagrado para elle como a victima já votada ao sacri-

fício. Aquella vida lhe pertencia; fazia parte de sua alma; pois era o objecto de uma vingança tanto tempo affagada.

A idéa de que elle havia de matar o Barredas, tornava Manoel compassivo não para o assassino de seu pai; mas para o enfermo que se revolia no leito de dores (ALENCAR, 1870a, pp. 124-125).

Passam-se três meses até Manoel retornar ao rancho de Barreda. A memória da estada anterior lhe repercute em emoções, mas:

O gaúcho não tinha ódio ao Barreda.

A vingança da morte do pai não era para sua alma a satisfação de um profundo rancor; mas o simples cumprimento de um dever. Elle obedecia a uma intimação que recebera do céu; á ordem daquelle que sempre tinha presente á sua memória. E obedecia friamente, com a calma e impassibilidade do juiz, que pune em observância da lei (ALENCAR, 1870a, p. 182).

Desta vez o combate é possível. Manoel, sem dar tempo ao oponente lhe reconhecer ou interrogar, expõe sua identidade e intenção:

— Tu não me conheces, Barreda. Sou Manoel Canho, filho do homem que assassinaste cobardemente. Bem sabes o que me traz aqui á tua porta, depois de doze annos.

[...][...]

— Não tenhas medo: si eu fosse um assassino como tu, ha muito tempo já teria te estendido morto, antes que soltasses ai Jesus. Vim para te matar em combate, e restituir a teu coração a lança que deixaste no corpo de meu pai. Ensilha o cavallo, toma as armas, e sahe cá para o campo (ALENCAR, 1870a, p. 183).

A narrativa da luta destaca a igual sanha dos inimigos, as armas utilizadas e a agilidade entre cavalos e cavaleiros (ALENCAR, 1870a, pp. 184-186). Na sequência de ataques e contra-ataques, defesas e golpes, acaba por vencer Canho que, calcando o pé no peito de Barreda (caído ao chão), antes de consumir a vingança, apresenta-lhe o instrumento desta: “— Conheces!... É a lança com que ha doze annos feriste meu pai á traição. Eu jurei que havia de craval-a em teu coração, mas depois de vencer-te em combate leal. Chegou o momento” (ALENCAR, 1870a, p. 186).

Executada a vingança o gaúcho volta ao pago¹⁰. No caminho, busca o padrinho para dar contas de seu dever cumprido. Após narrar tudo que se passara, pergunta:

— Então, meu padrinho, acha que não me sahi mal?

— Caramba! Desafiaste sozinho teu inimigo e o mataste em combate leal, escapando á traição! Melhor do que isso não ha! Até serviste de medico e enfermeiro ao sujeito; e o pozeste são para a viagem do outro mundo. (ALENCAR, 1870a, p. 198-199)

A execução da vingança libera Canho para seguir sua vida; também libera Alen-

10 “PAGO (BRAS) *S.m.* - Lugar da campanha sul-rio-grandense que serve de referência à vida de um campeão pampeano (SL). É o lugar de seu nascimento ou onde ele vive ou onde ele tem os seus afetos (RG)” (SCHLEE, 2019, p. 681).

car para dar atenção mais detalhada às outras dimensões do enredo de seu romance, as quais se concentram no segundo tomo da primeira edição (ALENCAR, 1870b).

Sobre vinganças

No ideário da modernidade a vingança tende a ser apresentada como um resquício e um impulso das sensibilidades bárbaras. E, lembrando Elias, um estágio social civilizado exige a “auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões” (2006, p. 21). Ademais, alerta Tamler Sommers: “A retaliação não pode desfazer os danos cometidos pela ofensa e, muitas vezes, vem com um significativo custo ou risco” (2009, p. 37).

Émile Durkheim, ainda que reconheça que “a vingança está longe de ter tido, na história da humanidade, o papel negativo e estéril que lhe é atribuído” (1995, p. 58), considera-a como uma “arma grosseira” (1995, p. 58), que “não tem consciência dos serviços que presta automaticamente, [e] não pode regular-se em consequência deles; em vez disso, difunde-se um pouco ao acaso, ao sabor das causas cegas que a impelem e sem que nada modere seus arrebatamentos” (1995, p. 58).

Manoel Canho, o gaúcho de Alencar, executa a vingança. O protagonista de Porto Alegre, José Avençal, que cresce e é educado sob o desígnio dela, no momento derradeiro pondera os custos e não a executa, ainda que não possa fugir das consequências da morte do inimigo, exilando-se na vaqueania.

No cotejo das obras, no eixo da oposição barbárie e civilização, esse é um primeiro destaque. Porto Alegre está comprometido em romancear um Rio Grande do Sul compatível com um processo civilizatório, pois considera a vingança “uma das sombras a embruscar os traços magistraes do character rio-grandense” (PORTO-ALEGRE, 1872d, p. 17).

Nas perspectivas de uma sociedade de honra a vingança de Avençal até poderia ser considerada aceitável, legítima, mas na ordem civilizada não o será, pois que é: “Vertigem do ultraje, ebriez de sangue, desforço da honra e simultaneamente justiça fóra dos codigos!” (PORTO-ALEGRE, 1872d, p. 17).

Em “O vaqueano”, também André Capinchos deseja a vingança. Mas se percebe que nele não há qualquer ética, sequer de uma sociedade de honra, pois desconsidera ter o pai morrido em situação de combate, busca ardis para ferir seu inimigo e se regozija – em significativa desordem dos sentidos e emoções – com a morte de Avençal quando esta deveria ser considerada sacrifício altruísta em relação à causa republicana, que dizia defender.

São as perspectivas das sociedades de honra que permitem a compreensão da

vingança no contexto do passado sul-rio-grandense e, assim, dão pistas para identificar suas repercussões na contemporaneidade.

Tamler Sommers, abordando o que denominou como “As duas faces da vingança” (2009), coteja perspectivas associadas às culturas de honra e às culturas institucionalizadas (recorrendo às noções desenvolvidas por Richard E. Nisbett e Dov Cohen¹¹) e sustenta a hipótese de que:

Em vez de vermos atitudes, crenças e intuições sobre culpa e punição como um rastreamento de algum tipo de verdade moral universal (a ser posteriormente formalizada numa teoria universal), devemos considerá-las como respostas às várias características de diferentes ambientes (2009, p. 48).

Até fins do século XIX as fronteiras meridionais do Brasil são ambientes geopolíticos e sociais favorecedores à dinamização de modalidades de culturas de honra: um território de populações militarizadas, em permanente estado de beligerância no estabelecimento das fronteiras; lideranças locais (caudilhos) se sobrepondo às instituições formais; a exploração econômica extensiva, latifundiária, estimuladora de sensibilidades bárbaras tanto em suas práticas, como nas relações sociais que estrutura.

Para os gaúchos históricos, sejam os insubmissos do período das vaquerias, os soldados das revoluções ou os trabalhadores campeiros, as peculiaridades pampeanas os aproximam ainda mais das condições típicas ao favorecimento das culturas de honra: pouca cooperação entre estranhos; a proteção de recursos é crucial para a sobrevivência; as agressões a bens materiais e a integridade corporal são comuns; há pouca ou nenhuma proteção do Estado e da lei (cf. SOMMERS, 2009, pp. 38-39).

Como se verifica nas reflexões de Sommers (2009, pp. 38-41), nas culturas de honra as disposições retributivas e a vingança atuam em diferentes dimensões, destacando-se: evitar a perda da honra, o desprezo social que recairá sobre aquele que, atacado, deve vingar a ofensa; e, impedir novas agressões a si, sua família ou bens, já que, ao se omitir, torna-se um alvo fácil. Ademais, nessas culturas é frequente que a vingança seja interpretada como um dever sagrado, constituindo-se em desonra permitir que o ataque não seja vingado (SOMMERS, 2009, p. 47).

Tais considerações encontram respaldo nos romances de Alencar e Porto Alegre. Manoel Canho, com mais ênfase do que José Avençal, é explícito nesses sentidos: “Si eu não vingasse o pai, elle me renegaria lá do céu e não quereria para filho um poltrão ingrato” (ALENCAR, 1870a, p. 37); “A vingança da morte do pai não era para sua alma a satisfação de um profundo rancor; mas o simples cumprimento de um dever. Elle obedecia a uma intimação que recebera do céu; á ordem daquelle que sempre tinha presente á sua memória (ALENCAR, 1870a, p. 182).

11 Culture of Honor: The Psychology of Violence in the South. New York: Routledge, 1996.

E, como já sinalizado, a vingança legítima impõe uma ética. O combate, como oportunidade do adversário também defender sua honra, é o modo pelo qual deve ser executada. Para Rosita, o pai ter cruzado armas com Avençal, deslegitima o alegado direito de vingança de seu irmão contra o vaqueano (PORTO-ALEGRE, 1872c, p. 12). O respeitável Bento Gonçalves, padrinho de Manoel Canho, reconhece a honra na vingança executada: “mataste em combate leal, escapando á traição! Melhor do que isso não ha!” (ALENCAR, 1870a, p. 199).

Não obstante a perspectiva de uma cultura de honra nos permita identificar níveis de racionalidade nas vinganças dos enredos de Alencar e Porto Alegre, aproximando análises da hipótese de Sommers – “Algumas crenças podem ser mais ou menos racionais dentro de um ambiente particular, mas nenhuma teoria pode descrever a verdade sobre a responsabilidade em todos os ambientes” (2009, pp. 48-49) –, também é de se reconhecer que nas peculiaridades do Pampa uma cultura de honra não atinge as sofisticações descritas, por exemplo, por Pierre Bourdieu em sua análise da Sociedade Cabília (1971).

Os elementos do sagrado que a honra deve defender se similarizam: a casa, a mulher, o grupo familiar (“as espingardas”: “incarnação simbólica do *nif* do grupo agnático” [BOURDIEU, 1971, p. 178]), a condição própria de homem de honra e respeitabilidade. Contudo, enquanto na sociedade Cabília a defesa da honra inclui estratégias e jogos de desafio e resposta que possibilitam que a vingança de sangue seja utilizada apenas em situações extremas, no Pampa o combate, com violência mortal, emerge como resposta prioritária.

E são tais percepções que nos encaminham para considerações sobre os impactos dessa cultura na sequência de uma trajetória das sensibilidades sul-rio-grandenses e brasileiras.

Considerações finais

Apresentar um Rio Grande do Sul em processo civilizatório, que evolui em direção à justiça dos códigos, abandonando a sombra da vingança, emerge como um eixo de sentido na figuração imaginária que Apolinário Porto Alegre produz no romance “O vaqueano”. Para ele, as estruturas e sensibilidades sociais estão em transição: José Avençal é o sul-rio-grandense que se projeta como potência nesse processo, enquanto André Capinchos é, ainda, a ebriez de sangue, o resquício da barbárie.

Não obstante tal figuração imaginária, pouco mais de duas décadas após as publicações dos romances de Alencar e Porto Alegre, o Rio Grande do Sul foi origem e principal palco de fratricida guerra. Entre 1893 e 1895 a chamada Revolução Federalista,

também conhecida como Revolução das Degolas, deixou um legado de eventos nos quais as vinganças, alheias a qualquer ética de uma sociedade de honra, produziram um espetáculo das sensibilidades bárbaras¹².

O reconhecimento das práticas cruéis no contexto dessa revolução está em diferentes fontes. “As Narrativas Militares”, de José Carvalho Lima (2014), soldado cearense que, em 1893, chega ao Rio Grande do Sul como parte do 11º Batalhão de Infantaria do Exército, não só ofertam relatos de degolas e outras mutilações, mas incorporam a Ordem do Dia do General Innocencio Galvão de Queiroz, emitida em 24 de agosto de 1895, após a assinatura da paz:

A pacificação do Rio Grande do Sul não era somente a maior das aspirações nacionais, não significava somente a cessação de uma ameaça permanente de perturbações, contaminando todo o país pela irradiação de paixões e ódios, [...] era mais do que isso, uma questão de honra e decoro nacionais. Havia uma parte de território da pátria em que os mais rudimentares sentimentos de humanidade e civilização tinham sido esquecidos. Os atentados de todo o gênero, as crueldades praticadas na luta, eram uma ignomínia que nos fazia recuar aos tempos mais bárbaros dos povos selvagens. (QUEIROZ apud LIMA, 2014, p. 223)

Mas a pacificação não extingue sensibilidades e disposições incorporadas.

Em 1897 tropas de soldados sul-rio-grandenses estão na Bahia, na campanha do governo republicano contra a comunidade de Canudos/Monte Belo, liderada por Antônio Conselheiro. Euclides da Cunha, no clássico “Os sertões” (1905), realiza diversos registros em relação a essas tropas, mas não só quanto às suas qualidades guerreiras. Infere-se terem elas levado àqueles sertões as práticas e sensibilidades já exercitadas no decorrer da Revolução Federalista: “A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma xarqueada. Não era a acção severa das leis, era a vingança (CUNHA, 1905, p. 566).

Com tais informações, como explicar esse regresso do processo civilizatório que foi alardeado pelo romance de Porto Alegre?

Temos sustentado que a trajetória histórica da colonização da América Latina, para além de poder ser interpretada pela grade das categorias apropriação/violência, desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2007), deve ser compreendida com o auxílio dos arquétipos do militarismo, do racismo e das sensibilidades bárbaras, os quais se evidenciam como elementos de amálgamas autoritárias (CHIES, 2022).

Tais elementos também se sugerem úteis para o reconhecimento de que nas sociedades pampeanas do século XIX, não obstante se possam identificar culturas de

12 O cotejo de duas obras da época é significativo para vislumbrar como ambas as partes agiam em relação ao inimigo: de Euclides B. de Moura (vinculado aos chamados Republicanos), “O vandalismo no Rio Grande do Sul” (2000), publicado originalmente em 1892, anterior à data de oficial início da Revolução Federalista; de Rafael Cabeda e Rodolpho Costa (Federalistas), “Os crimes da ditadura” (2002), com edição original em 1902.

honra que dotam vinganças de algum nível de racionalidade, não foram atingidas sofisticadas capazes de elaborar jogos entre adversários, os quais restringissem as vinganças de sangue aos casos extremos. A violência, o outro como inimigo, o poder como direito de produção de subjugação e morte permaneceram prioritários e vigentes. Com as transições modernizadoras, foram esses elementos atenuados em internalizações de valor e conduta, prontos para ressurgimentos atávicos.

E, ainda que as transições modernizadoras dos séculos XIX e XX tenham trazido algo de civilizado a esses territórios (instituições, urbanização, tecnologia, por exemplo), não trouxeram civilização nos termos propostos por Elias, ou seja: pacificação social como fornecimento e acesso aos bens que viabilizam, para todos, a manutenção de um habitual padrão de vida, com necessidades satisfeitas (1997, p. 161), já que o problema-chave de qualquer processo civilizador:

[...][...] é o problema de como as pessoas conseguem satisfazer suas necessidades animais elementares, sem reciprocamente se destruírem, frustrarem, humilharem ou de algum outro modo causarem repetidos danos umas às outras em busca dessa satisfação — em outras palavras, sem que a realização das necessidades elementares de uma pessoa ou grupo de pessoas seja obtida à custa das de uma outra pessoa ou grupo (ELIAS, 1997, p. 42).

Em sociedades sob pressão e riscos descivilizatórios a emergência atávica da violência é iminente a cada evento, de repercussão individual ou coletiva, que degrada as oportunidades de acesso ou de manutenção de um padrão de vida com necessidades satisfeitas.

Sociedades que até há poucas décadas se permitiam legitimar a violência como se sempre fosse uma defesa de honra (mesmo que se afastando das exigências éticas das culturas de honra), apresentam-se mais suscetíveis às manifestações atávicas e naturalizadas da violência e do autoritarismo.

Sob a perspectiva da análise sociológica proposta, o que interpretamos que os romances de Alencar e Porto Alegre legaram, como mediações perceptivas da figuração da sociedade e do indivíduo, através da narrativa imaginária e das homologias das estruturas sociais, foi a possibilidade de se avançar na compreensão da sociogênese de insensibilidades no Brasil contemporâneo a partir do reconhecimento de uma herança psicossocial que não se explica apenas pela barbárie, mas que foi também favorecida por internalizações a partir de rudimentares culturas de honra.

Referências

- ALENCAR, José de. **O gaúcho**: Romance brasileiro (Tomo I). Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1870a.
ALENCAR, José de. **O gaúcho**: Romance brasileiro (Tomo II). Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1870b.

- ASSUNÇÃO, Fernando O.. **Historia del Gaucho**. El gaucho: ser y quehacer. Buenos Aires: Claridad, 2011. *E-book*.
- BARRÁN, José Pedro. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Montevideu: La Banda Oriental, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O Sentimento da Honra na Sociedade Cabília. In PERISTIANY, J.G. (org.). **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 159-195.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**: a história contada pelo dragão. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Atitudes cognitivas**: o arquétipo “gaucho”. Pelotas: Ed. do Autor, 2021.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. Cone Sul: sociogênese punitiva - militarismo, racismo, sensibilidades bárbaras. In: COSTA, César Augusto; FAGUNDES, Lucas Machado; LEAL, Jackson da Silva (Orgs.). **Direitos humanos desde a América Latina**, vol. 2: Práxis, Insurgência e Libertação. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 378 – 414.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). 3. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios; 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada**: História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Edigal, 2018.
- HEREDIA, Edmundo A.. O Cone Sul e a América Latina: interações. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro, Revan; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 121-166.
- LEAL, Ondina Fachel. **Os gaúchos**: cultura e identidade masculinas no pampa. Porto Alegre: Tomo, 2021.
- LIMA, José Carvalho. **Narrativas Militares**: a revolução do Rio Grande do Sul. 3. ed. Porto Alegre: Edigal, 2014.
- MATA, Sara Emilia. **Los Gauchos de Güemes**: Guerra de Independência y conflicto social. Buenos Aires: Sudamericana, 2012. *E-book*.
- MOLAS, Ricardo E. Rodriguez. **História social del gaucho**. Buenos Aires, CEAL, 1982.
- MOURA, Euclides B. de.. **O vandalismo no Rio Grande do Sul**: antecedentes da revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
- PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.748-754.
- PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 1, julho, pp. 26-31, 1872a.
- PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 2, agosto, pp. 25-34, 1872b.
- PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 3, setembro, pp. 11-19, 1872c.
- PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 4, outubro, pp. 9-19, 1872d.
- PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 5, novembro, pp. 7-22, 1872e.

PORTO-ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**, 2ª série, número 6, novembro, pp. 8-25, 1872f.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil** – Vol. 2, Tomo II. São Paulo: Editora Nacional; (Brasília, DF), INL, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, p. 71-94, 2007.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Civilizacion i barbarie - vida de Juan Facundo Qiroga i aspecto físico, costumbres, i abitios de la republica Arjentlna**. Santiago (Chile): Imprenta del Progreso, 1845.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense**. (2 volumes). Pelotas: Frutos do Paiz, 2019.

SOMMERS, Tamler. The two faces of revenge: moral responsibility and the culture of honor. **Biology & Philosophy**, V.24, n. 1, jan. 2009, pp. 35-50.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **O romance da violência**: sociologia das metamorfoses do romance policial. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2020.

Sobre o autor

Luiz Antônio Bogo Chies - Professor adjunto da Universidade Católica de Pelotas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (Linha de Pesquisa: Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça). Coordena o Grupo de Pesquisa GITEP (Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários). <https://orcid.org/0000-0001-8556-7820> **labchies@uol.com.br**